



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ – CCCO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARILENA PACHECO LIMA BARBOSA

**REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O DIREITO A INCLUSÃO
ESCOLAR DE PESSOAS COM AUTISMO**

**CODÓ – MA
2023**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

MARILENA PACHECO LIMA BARBOSA

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O DIREITO A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM AUTISMO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de Artigo Científico entregue ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) /Campus Codó como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador (a): Prof. Dr. Otávio Santos Costa

CODÓ – MA
2023



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

MARILENA PACHECO LIMA BARBOSA

**REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O DIREITO A INCLUSÃO
ESCOLAR DE PESSOAS COM AUTISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de Artigo Científico entregue ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) /Campus Codó como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador (a): Prof. Dr. Otávio Santos Costa

APROVADO EM: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a). Dr.(a): Otávio Soares Costa (Orientador/a)

Prof.(a). Dr.(a): Samuel Correa Duarte (UFMA)

Prof.(a). Ms : Eduarda Megumi Kawase (UFSCar)



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

BARBOSA, Marilena Pacheco Lima.

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O DIREITO A
INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM AUTISMO / Marilena
Pacheco Lima BARBOSA. - 2023.

14 p.

Orientador(a): Prof. Dr. Otávio Soares Costa.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codó-MA, 2023.

1. Autismo. 2. Inclusão Escolar. 3. Políticas
Públicas. I. Soares Costa, Prof. Dr. Otávio. II. Título.



REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE O DIREITO A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM AUTISMO¹

Marilena Pacheco Lima Barbosa

RESUMO

No Brasil, o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, bases referenciais, bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O presente trabalho teve como objetivo investigar como é abordado a o direito à inclusão escolar de crianças autistas na literatura científica. Para isso foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Essa pesquisa se baseou e atualizou o estudo de Santana (2016) realizando um levantamento bibliográfico de artigos publicados no Portal de Periódicos da Capes. Para a realização do levantamento dos estudos foi utilizada a coleta de dados por meio eletrônico, sendo assim, os materiais foram retirados do site do Portal de periódicos da CAPES. A partir dos dados trazidos neste artigo, acredita-se que foi possível atingir os objetivos de fazer uma revisão sistemática de literatura sobre a inclusão escolar dos alunos autistas no Portal de periódicos da CAPES considerando os direitos destes alunos conquistados durante os anos no Brasil.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Autismo, Políticas Públicas.

¹ Artigo produzido como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/Campus Codó, sob orientação do Prof. Dr. Otavio Soares Costa



INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista a partir da análise de publicações científicas sobre o tema, mais especificamente sobre o direito de inclusão escolar de pessoas autistas.

A partir da Declaração de Salamanca de 1994 podemos observar um crescente movimento em defesa das pessoas com deficiência que culminou no envolvimento e participação de 88 governos e 25 organizações internacionais.

A Declaração de Salamanca estabeleceu os Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Nesta declaração foi estabelecido que toda criança, jovens e adultos, deve usufruir das oportunidades educacionais voltadas às suas necessidades. Com isso, para as pessoas com deficiência, deve-se tomar medidas para que estas tenham uma educação adequada, garantindo que sejam integrantes do sistema educacional de forma igualitária (CASTANHA, 2021).

Segundo Castanha (2021), a partir da Declaração de Salamanca, os movimentos organizados que lutavam pelos direitos das pessoas com deficiências ganhavam força política para exigir do Estado ações mais consistentes e objetivas para garantir a educação. Nesse contexto é que conseguimos entender a ampliação das garantias legais para a educação das pessoas com deficiência, foi a Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, a atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No seu capítulo V trata especificamente da Educação Especial e abrange os artigos 58,59,60. No Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2005, p. 50-51).

Neste artigo da LDB, observa-se, a atenção aos alunos público alvo da Educação Especial que antes dessa Lei, ainda não tinham visibilidade e apoio especificamente no sistema regular de ensino, pois ainda estavam apenas atrelados às instituições de ensino especializadas.

O artigo 59 da LDB também trata especificamente da educação e inclusão de alunos com necessidades especiais, garantindo que os sistemas de ensino irão



assegurar em suas estruturas pedagógicas uma organização específica para atender e garantir a inclusão desses grupos.

No final dos anos 90, especificamente em 1999, o Brasil avançou de forma significativa no âmbito legal no processo de inclusão. Foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência – CONADE, no âmbito do Ministério da Justiça, pelo Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999.

Em 2003, houve a reorientação das políticas educacionais, tanto no âmbito da Educação Básica quanto da Superior (Dourado, 2007). Em consonância com tais modificações, instituiu-se, em 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (Lei nº 11.494, 2007), que influenciou diretamente as políticas educacionais posteriores, dado que as políticas de financiamento educacionais dizem respeito ao financiamento dos processos de gestão educacional, incluindo o papel do Governo Federal e as articulações entre as esferas pública e privada (Dourado, 2007).

Nesse sentido, as políticas educacionais para a Educação Especial também sofreram grandes modificações, estando, inclusive, consonantes com documentos internacionais que dispunham sobre a inclusão dos alunos PAEE no sistema regular de ensino (Kassar, 2016), havendo, assim, a criação de programas e ações que objetivaram promover a inclusão escolar dos alunos PAEE na sala comum (Kassar, 2012) (Santos, 2018)

No início de 2008, o Ministério da Educação instituiu o marco legal da inclusão de alunos com necessidades especiais, foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008 (PNEE) instituída com o objetivo de atender o movimento mundial de Educação para Todos. De acordo com o documento:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao descontextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL.MEC/SEESP, 2008, P.1)

O documento prevê alguns procedimentos para a efetivação da Educação Especial na Perspectiva da inclusão. A partir do PNEE, houve um avanço na



abrangência da caracterização da pessoa com deficiência tais como com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. De acordo com documento

Aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringidas à sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. “Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com autismos e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em algumas das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.” (BRASIL.MEC/SEESP, 2008, p.09).

Esta Política enfatiza que “todo professor do ensino regular deve estar preparado para atender toda e qualquer diversidade em sala de aula” (LAZZERI, 2010, p. 32).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, amplia as ações do Estado para com a Educação Especial ao estabelecer medidas para Atendimento Educacional Especializado. De acordo com o artigo 1º desta Lei, o dever do Estado para com as pessoas que necessitam de educação especial será efetivado a partir de algumas diretrizes

O avanço dos direitos das pessoas com deficiência é muito significativo a partir desse conjunto de ações implementadas pelo Estado. Finalmente no final de 2012 foi sancionada a Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012, chamada de Lei Berenice Piana, em homenagem a mãe de criança autista, que desenvolveu intensas lutas pelos direitos de pessoas com autismo.

A referida Lei instituiu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.”

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como objetivo investigar como é abordado a o direito à inclusão escolar de crianças autistas na literatura científica. Para isso foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Essa pesquisa se baseou e atualizou o estudo



de Santana (2016) realizando um levantamento bibliográfico de artigos publicados no Portal de Periódicos da Capes.

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática de literatura, que objetiva sintetizar pesquisas prévias para responder questões, testar hipóteses ou reunir evidências (KOLLER, Silvia H. et al,2014).

A direção da revisão sistemática foi conduzida seguindo algumas etapas descritas a seguir:

Etapa 1: levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico sobre a inclusão escolar de pessoas autistas foi realizado na plataforma de periódicos da CAPES. Para os descritores foram utilizados a e mais outro. A combinação dos seguintes descritores e marcadores foram as seguintes: inclusão escolar, autista e políticas públicas. Escolheu-se por produções publicadas em quaisquer datas, no nível disponível na base escolhida, artigos.

Etapa 2: Seleção dos artigos

Os procedimentos adotados para a seleção dos artigos que abordavam o tema de análise da presente pesquisa. Replicando os critérios de Santana (2021), foram selecionadas publicações de todos os artigos que tiveram como objetivo a inclusão escolar de pessoas autistas. Os critérios de exclusão foram: artigos que não contemplavam objetivo da presente pesquisa ou estudos realizados fora do Brasil.

Assim com base no estudo de Santana (2021), a presente pesquisa realizou-se a busca no Portal de Periódicos da Capes. Inicialmente os procedimentos de seleção dos artigos obedeceu a seguinte ordem: Busca na base de dados; exclusão dos artigos duplicados; Retirada dos artigos quem não preenchem os critérios sobre os direitos de inclusão escolar doa alunos autistas, Leitura na íntegra dos artigos



Inicialmente foram encontrados 17 artigos, 13 foram excluídos, formando apenas 4 artigos que se propunham a responder à questão proposta para a pesquisa. Os artigos excluídos formam aqueles que concentravam suas pesquisas na educação especial, de forma abrangente, não focada no TEA ou pesquisaram sobre a inclusão de pessoas com autismo em outros espaços que não o escolar.

Logo após essa seleção, foram analisados os 17 artigos de acordo com o tema relacionadas às políticas públicas de inclusão escolar para pessoas autistas. Destes artigos foram excluídos 12 estudos por não atenderem aos critérios.

Os 5 estudos foram lidos por completo, nesta etapa foram excluídos os trabalhos que tinham ora o enfoque apenas na inclusão escolar de alunos autistas, sem ênfase no direito à inclusão prevista na Lei. Ao final da seleção dos artigos, somou-se apenas 4 trabalhos, que foram obtidas na íntegra, além de serem analisadas com ênfase nos objetivos da presente pesquisa.

Etapa 3: Análise e categorização dos artigos

Após a seleção dos artigos, foi realizada a leitura integral e fichamento dos 4 artigos, que foram organizados obedecendo os seguintes critérios: título; ano de publicação; autores; objetivo\tema; repositório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos escolhidos foram analisados levando em consideração o período e o portal de periódicos, critérios como título, ano de publicação; autores; objetivo\tema; repositório.

Apresento a seguir uma descrição dos trabalhos selecionados com o objetivo de complementar a tabela acima.

O artigo intitulado Direitos do Portador de Transtorno do Espectro Autista de autoria de Fernanda Facundes Ribeiro, 2020 tem o objetivo analisar a Lei nº 12.764/2012 e sua aplicabilidade, também realizar um estudo sobre o direito à inclusão escolar e as políticas públicas de inclusão pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Procura analisar a efetivação dos direitos destes em



relação aos Direitos Humanos Fundamentais na legislação brasileira que visam resguardar a Dignidade da Pessoa Humana à luz da Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como da referida lei, a qual conjecturou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Brasil.

Já o artigo “A Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista na Sala de Aula” , dos autores Monteiro e Ribeiro apresentam como objetivo descrever o movimento necessário para a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na sala de aula, por meio da caracterização do sujeito, a partir de uma breve análise da legislação, com vistas a contribuir para o debate sobre a educação inclusiva dentro do modelo educacional atual e a defesa da garantia da participação de todos nas experiências educacionais, partilhando os mesmos espaços, vivendo as mesmas experiências e relações sociais sem preconceito de qualquer ordem, motivado pela diferença.

O artigo de Guareschi et al (2016), publicado na revista *Id on line* Revista Multidisciplinar e de psicologia, intitulado Autismo e Políticas Públicas de inclusão no Brasil. As autoras apresentam como objetivo analisar como o autismo foi sendo nomeando e concebido no campo de Educação Especial em políticas públicas nacionais brasileiras e documentos orientadores publicados no Ministério da Educação no período de 1994 a 2013. A escolha desse período devido as promulgações da Declaração de Salamanca em 1994, da Política Nacional de Educação Especial Brasileira (substituída em 2008) e no ano de 2013 a publicação no Brasil de uma Nota Técnica específica com orientações aos sistemas de ensino quanto a inclusão de alunos com autismo.

As autoras concluem, que apesar das dificuldades, são observadas, nos últimos anos, um avanço significativo em relação as políticas públicas para as pessoas com autismo, principalmente a partir da promulgação da Lei nº 12.765/2012 (Brasil, 2012) e da publicação da Nota Técnica nº24/2013/MEC/SECADI/DPEE, que asseguram direitos à pessoa com autismo e contribuem para uma reflexão sobre os investimentos no campo das políticas públicas de inclusão na contemporaneidade.



O outro artigo selecionado é de autoria de Silva et al (2016) intitulado Educação Inclusiva: O Autismo e os Desafios na Contemporaneidade o artigo propõem uma reflexão sobre a inclusão do Autista no ensino regular utilizando como metodologia a pesquisa de campo que resultou em pesquisa Bibliográfica de dados obtidos com questionário aplicado com duas professoras de alunos Autistas da Escola Municipal Osmundo Bezerra Cidade de Salgueiro- PE. As autoras justificam a importância desta pesquisa a partir da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista criada pela lei nº 12.764/12.

Em relação aos períodos de publicação, foi constatado que os 4 estudos analisados do Portal de Periódicos da Capes foram publicados em 2016, 2018 e 2020. Notou-se que houve duas publicações em 2016, uma publicação em 2018 e outra em 2020. Os materiais selecionados foram analisados levando em consideração o período e o periódico das publicações e objetivos/temas de estudo. Serão apresentados acerca dos 17 estudos analisados.

Dos 17 materiais, 13 artigos foram eliminados, o primeiro artigo foi excluído por tratar de uma análise sobre a efetivação do direito dos portadores de TEA, no tocante ao enquadramento aos Direitos Humanos(ANDRIGHETTO; FACUNDES, 2020); outro artigo excluído foi “Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista” (SANTAROSA; CONFORTO, 2015) que teve como objetivo a relação entre estudantes com TEA e dispositivos móveis, embora escolhido foi eliminado por seu objetivo ir além da proposta deste trabalho.

O artigo “Por uma inclusão escolar artesanal” (NASCIMENTO, 2019) e “Enquanto no Brasil pais buscam seus direitos sobre inclusão escolar no Ministério Público, na Europa não precisam litigar” (HADDAD; CORREIO,2020) foram excluídos por tratarem de estudos de caso. Em “Modos de conceber, possibilidades de significar: trabalhando com geometria no contexto da inclusão escolar” (CUSTÓDIO; LUVISON; FREITAS, 2018) este estudo é análises sobre os modos de elaboração de conhecimento por alunos com deficiências, o que neste caso não se alinham aos objetivos desta pesquisa. “A inclusão no mercado de adultos com transtorno do Espectro do Autismo: uma revisão bibliográfica” (TALARICO; DOS SANTOS; GOYOS, 2019) é um estudo não abrange a inclusão escolar. “A silenciada



inclusão escolar de pessoas com deficiência (autismo) sob um olhar cultural” (GODOY; LIMA, 2021), outro estudo que não se alinha aos objetivos deste estudo por visar entender como uma dimensão antropológica universalista sustenta os direitos humanos das pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados trazidos neste artigo, acredita-se que foi possível atingir os objetivos de fazer uma revisão sistemática de literatura sobre a inclusão escolar dos alunos autistas no Portal de periódicos da CAPES considerando os direitos destes alunos conquistados durante os anos no Brasil. A partir dos dados obtidos, observa-se a relevância do investimento em investigações sobre o tema abordado, principalmente em estudos sobre as políticas públicas direcionadas às pessoas com autismo e as repercussões na educação oferecidas a essas pessoas.

Apesar do número pequeno de estudos, foi possível compreender de forma mais ampla as questões envolvidas no processo de inclusão dos alunos com TEA, assim apresentando informações importantes sobre a inclusão escolar de pessoas autistas e de como o autismo foi sendo concebido no campo de Educação Especial em políticas públicas nacionais brasileiras. Além disso foi verificado que quais os principais temas estudados no Portal de Periódicos da CAPES, sendo que boa parte desses estudos abordam a inclusão escolar de alunos autistas numa abordagem de estudo de caso, inserção do mercado de trabalho sua relação com a tecnologia.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sandra Lúcia Silva; ALMEIDA, Maria Amélia. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, p. 341-352, 2014.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 26 dez. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 26 dez. 2020.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro Autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, N. 33, 2017.

CUNHA, A. C. B; ENUMO, S. R. F.; CANAL, C. P. P. Operacionalização de escala para análise de padrão de mediação materna: um estudo com díades mãe-criança com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.12, n.3, p.393-412, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 921-946, 2007.

FARIA, Karla Tomaz et al. Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 353-370, 2018.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Política de educação especial no Brasil: escolha de caminhos. **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação**. Marília, SP: ABPEE, v. 1, p. 93-106, 2012.

MAYER, P. C. M.; SILVA, M. A. I.; SILVA-SOBRINHO, R. A.; SILVA, R. M. M. da; ZILLY, A. Professor auxiliar e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 32, 2019.



MENDES, E. G. VILARONGA, CAR; ZERBATO, AP Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. **São Carlos: EdUFScar**, 2014.

SILVA, Stefhanny Paulimneytrick Nascimento et al. Avaliação dos efeitos de um programa de leitura e comunicação para crianças com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-22, 2019.

SCHOPLER, Eric; REICHLER, Robert Jay; RENNER, Barbara Rothen. **CARS: The childhood autism rating scale**. Western Psychological Services, 1988.

TODOROV, João Claudio; MOREIRA, Márcio Borges; MARTONE, Ricardo Corrêa. Sistema personalizado de ensino, educação à distância e aprendizagem centrada no aluno. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 25, p. 289-296, 2009.

VASQUES, Carla K. Branco sobre o branco: psicanálise, educação especial e inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, p. 29-40, 2009.

VICARI, Luiza Pinheiro Leão; RAHME, Mônica Maria Farid. Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1-23, 2020.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Gonçalves. Formação de professores como estratégia para realização do coensino. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017.

WALTER, C. C. de F.; NUNES, L. R. P. Comunicação alternativa para alunos com Autismo no ensino regular. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 587-601, 2013.